

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS: É com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração da Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2009, devidamente acompanhados do parecer dos Auditores independentes. **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO;** As metas fixadas no Orçamento e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia voltaram a ser superadas em 2009, em seus principais indicadores de resultado, tais como Receita Bruta, EBITDA, Lucro Líquido, Remuneração das Debêntures e Distribuição de Dividendos. A Companhia registrou uma evolução de 11,7% na receita bruta, decorrente do reajuste de 16,88% na tarifa, aprovado pela ANTT em 01/09/2009, reajuste este que incluiu a perda do tráfego devido à suspensão temporária por dois anos da cobrança de pedágio em nossa praça (PN2), localizada em Teresópolis no km 71. Os custos operacionais e despesas administrativas registraram uma elevação de 3,43% em relação a 2008 (expurgando R\$ 2 milhões referente à provisão fiscal realizada naquele ano), percentual inferior à inflação (IPCA) medida em 2008. Além disso, os custos operacionais e as despesas administrativas ficaram 8,3% abaixo do orçamento. Este resultado deve-se a política de contenção de despesas adotada pela administração da companhia, em vista do cenário de crise financeira global registrada em 2009.

a construção da terceira faixa na subida da serra, cujas liberações estão previstas para o 1º semestre de 2010. A Companhia tem intensificado a importância da construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, fundamental na redução do nível de acidentes e do Desenvolvimento da Região. A pesquisa realizada pelo IBOPE atesta que 93% dos usuários são favoráveis à sua construção. Além dos inúmeros investimentos realizados na contenção de encostas, destacamos a conclusão da iluminação do segundo trecho da rodovia, do Km 133,5 ao Km 114, no município de Magé, o que permitiu reduzir em 100% os acidentes anuais com atropelamento noturno de pessoas e de animais; reconstrução do pavimento do Km 104 ao 122 e construção de 02 (duas) passarelas nos Km 134 e 121,9 que possibilitaram maior conforto e segurança aos nossos usuários. A relevância na melhoria da Rodovia a partir da realização destes investimentos, foi percebida por nossos usuários na Pesquisa IBOPE realizada em 2008 que confirmou a excelente avaliação destes em relação aos serviços realizados pela CRT na Rodovia. **FINANCIAMENTO;** Em 2009 foi obtido financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8 milhões para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012, totalizando R\$ 79,7 milhões de investimentos. Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano, a título de custo de captação. Com relação ao impacto do financiamento na estrutura de capital da Companhia, mantivemos nossa política conservadora de endividamento, captando o equivalente a 65% das necessidades de investimento no longo prazo sem ocorrência de qualquer restrição envolvendo contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos ou de controle societário, face ao sólido perfil de crédito da CRT e de sua baixa alavancagem. **REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS;** A Administração fixou e atingiu a meta de atribuir 100% do lucro líquido do exercício. Considerando a remuneração das debêntures, o montante atribuído aos Acionistas e aos Debenturistas foi de R\$ 35.500 (R\$ 20.500 em 2008), demonstrando a boa e continuada performance da Companhia, bem como o acerto nas decisões operacionais adotadas. **CLASSIFICAÇÃO DE RISCO;** A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings, confirmou o grau "A+(bra)" para a CRT. Maiores detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br. **RECURSOS HUMANOS;** A Companhia encerrou o exercício com o efetivo de 304 funcionários (329 em 2008), maior parte residente no município de Magé e adjacências. A redução deveu-se à suspensão temporária de cobrança de pedágio na Praça PN2. Reconhecendo o profissionalismo e dedicação das equipes lotadas naquela Praça ao longo dos últimos 10 anos, a Companhia incorporou às rescisões trabalhistas prêmios financeiros, prorrogação do plano

de saúde e subsídio à formação educacional complementar em informática. Em 2009 a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (Gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, mantendo os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, paralelamente ao Vale Transporte e Vale Refeições previstos em Lei. Mantivemos as atividades laborais internas e a política de subvenção educacional. **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL;** Aumentamos, no exercício de 2009, nossa participação em ações de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia. Renovadas ações de cunho educativo e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos tiveram recepção positiva não só daqueles beneficiados, como também de nossos colaboradores internos e usuários da rodovia. Mantivemos os convênios pioneiros na Região firmados com a Pestalozzi de Magé no apoio a projetos profissionalizantes (Oficinas de Informática e Marcenaria) e como empresa-madrinha do Espaço Compartilhado de Teresópolis, que atua com crianças e adolescentes em risco social. Ainda no campo cultural, apoiamos o documentário sobre a Estrada de Ferro de Therezopolis e o Festival de Inverno. Desde de 2006, a CRT, através da Lei Rouanet, mantém o Patrocínio exclusivo do Projeto Som na Serra do Grêmio Musical Guapiense, fundado em 09 de abril de 1956, na cidade de Guapimirim, cuja escola de música, formou profissionais que estão exercendo sua profissão em vários estados do Brasil. Atualmente o projeto atende a 300 (trezentos) jovens e adolescentes do Município de Guapimirim. Na questão ambiental, a Companhia mantém convênio com a Fundação OndAzul, para patrocinar o projeto Mangue Vivo, que tem o objetivo de recuperar 12 hectares na praia de Mauá, no município de Magé, utilizando mão de obra local, que reforça a Política de Responsabilidade Social da CRT, cujo um dos pilares é a geração de renda. Implementamos ainda os Projetos de Vereda do Desenvolvimento Sustentável, Fauna Viva e o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas. Acreditamos que estas ações da CRT contribuirão para reduzir a exclusão social de parte dos adultos, jovens e adolescentes dos municípios que margeiam a nossa rodovia e reforçar nossa posição de empresa socialmente responsável. **AUDITORES INDEPENDENTES;** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores. **AGRADECIMENTOS;** Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da Rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais e a todos os nossos colaboradores pelo permanente compromisso e dedicação na execução de suas atividades. **A Administração.**

Demonstrações dos Resultados			
Dados em Milhares	2009	2008	%
Veículos Equivalentes	13.966	14.212	-1,7%
Receita Operacional	109.907	98.371	11,7%
Deduções (-)	(9.651)	(8.540)	13,0%
Receita Líquida	100.256	89.831	11,6%
Custos e despesas Operacionais	39.921	40.679	-1,9%
EBITDA	60.335	49.152	22,8%
Margem EBITDA	60,2%	54,7%	
Receitas eventuais	842	576	46,2%
Receitas (despesas) Financeiras Líquidas	603	12	4.925%
Depreciação/Amortização	10.920	10.332	5,7%
Remuneração de Debêntures	14.447	8.351	73,0%
Resultado Antes IR/C. Social	36.413	31.057	17,2%
IRRF / Contribuição Social	12.855	11.049	16,3%
Lucro Líquido	23.558	20.008	17,7%
Margem Líquida	23,5%	22,3%	

Estes fatores explicam o crescimento EBITDA em relação a 2008, atingindo 60,2% de Margem. O Lucro Líquido da Companhia cresceu 17,7% em relação a 2008, atingindo R\$ 272,44/ação contra R\$ 231,40 do ano anterior. **INVESTIMENTOS;** Os valores dos investimentos em obras, como um todo, ficaram abaixo do previsto. Alguns projetos não puderam ser realizados, dentre eles

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	2009	2008
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes a caixa	4	18.824	12.276
Contas a receber	5	4.018	1.330
Despesas antecipadas		2.075	1.314
Adiantamento a fornecedores e terceiros		456	410
Impostos a recuperar		479	168
Indenizações a receber	6	1.159	1.312
Outros		484	100
Total do circulante		27.495	16.910
NÃO CIRCULANTE:			
Realizável a longo prazo	7	3.068	3.580
Imobilizado	9	76.514	64.988
Intangível	10	28	49
Total do ativo não circulante		79.610	68.617
TOTAL DO ATIVO		107.105	85.527

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	2009	2008
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.145	833
Empréstimos e financiamentos	11	-	855
Obrigações fiscais e sociais	12	4.597	5.174
Participações e contribuições		5.151	3.705
Dividendos a pagar		5.530	1.394
Provisões para encargos sociais		790	763
Outras contas a pagar		1.174	894
Total do circulante		18.387	13.618
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências	13	2.791	4.715
Empréstimos e financiamentos	11	18.500	-
Debêntures	14	7.668	7.668
Outras contas a pagar		299	28
Total do passivo não circulante		29.258	12.411
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	34.300	31.600
Reservas de capital		3.596	3.596
Reservas de lucros		21.564	24.302
Total do patrimônio líquido		59.460	59.498
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		107.105	85.527

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)							
Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Reserva de ágio	Legal	Restituição de capital	Reserva para investimento		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	15	29.000	3.596	871	1.005	615	- 16.255 51.342
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 28 de abril de 2008		2.600	-	(870)	-	(620)	- (1.110) -
Dividendos distribuídos no exercício (R\$82,11 por ação)		-	-	-	-	-	- (7.100) (7.100)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	- 20.008 20.008
Apropriação do lucro do exercício:							
Constituição de reservas	15	-	-	1.000	190	950	21.161 (23.301) -
Dividendos (R\$54,96 por ação)	15	-	-	-	-	-	(4.752) (4.752)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		31.600	3.596	1.001	1.195	945	21.161 - 59.498
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 29 de abril de 2009		2.700	-	(1.001)	-	(945)	(754) - -
Dividendos distribuídos no exercício (R\$29,60 por ação)		-	-	-	-	-	(2.559) - (2.559)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	- 23.558 23.558
Apropriação do lucro do exercício:							
Constituição de reservas	15	-	-	1.178	224	1.119	(2.521) - (2.521)
Dividendos (R\$243,30 por ação)	15	-	-	-	-	-	(21.037) (21.037)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	15	34.300	3.596	1.178	1.419	1.119	17.848 - 59.460

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação do capital social)			
	Nota explicativa	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		109.907	98.371
Impostos incidentes sobre a receita		(9.651)	(8.540)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		100.256	89.831
Custo das operações		(26.441)	(25.594)
LUCRO BRUTO		73.815	64.237
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas	16	(21.895)	(23.367)
Honorários da administração	19	(922)	(873)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	17	603	12
Outros		842	576
RESULTADO OPERACIONAL		52.443	40.585
Imposto de renda	20	(9.386)	(8.105)
Contribuição social	20	(3.469)	(2.944)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		(12.855)	(11.049)
Participações	18	(16.030)	(9.528)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.558	20.008
NÚMERO DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL	15	86.466	86.466
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (EM R\$)		272,45	231,40

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	2009	2008
Lucro líquido do exercício		23.558	20.008
Ajustes ao lucro líquido do exercício:			
Depreciação e amortização	9	10.920	10.332
Imposto de renda e contribuição social		333	(721)
Baixa da depreciação, amortização e intangível		-	(546)
Provisão para contingências		(1.924)	1.885
(Aumento) redução em ativos:			
Valores a receber	(2.535)	3.085	
Despesas antecipadas	(761)	(464)	
Depósitos e bloqueios judiciais		170	(336)
Adiantamento a fornecedor		(46)	(201)
Outros circulantes		(237)	357
Aumento (redução) em passivos:			
Participações nos lucros dos resultados		364	366
Salários, provisões e contribuições sociais		(577)	1.245
Fornecedores		312	(624)
Outras obrigações a pagar		129	61
Caixa líquido das atividades operacionais:		29.706	34.447
Atividades de investimentos:			
Imobilizado		(22.425)	(13.407)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(22.425)	(13.407)
Atividades de financiamentos:			
Empréstimos recebidos (pagos) a terceiros		17.645	(3.410)
Pagamento de dividendos		(19.460)	(11.852)
Obrigações a investidores		1.082	748
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(733)	(14.514)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		6.548	6.526
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.276	5.750
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		18.824	12.276
Impostos sobre lucros pagos		12.840	11.082
Pagamento a debenturistas		13.001	7.888

zação de fórmula própria, constante do Contrato de Concessão, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. d) Controle societário da Companhia - A titularidade do controle efetivo da Companhia deve ser, de acordo com o Contrato de Concessão, exercida em caráter permanente e durante todo o prazo da Concessão pela Empresa OAS Ltda., entendendo-se por tal a maioria do capital votante desta. e) Cumprimento do cronograma de investimentos - A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 2.1.** Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. **2.2.** Principais práticas contábeis - As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são: a) Alterações nas práticas contábeis brasileiras - Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 e em 27 de maio de 2009 foi emitida a Lei nº 11.491, as quais modificam as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404, de 1976. Adicionalmente, durante 2008, foram editados diversos pronunciamentos técnicos e orientações técnicas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As referidas legislação e normas contábeis estabelecem diversas alterações sobre a elaboração das demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. As alterações introduzidas pela legislação e normas mencionadas tiveram aplicação a partir de 1 de janeiro de 2008, das quais, a que mais impactou as demonstrações financeiras da Sociedade foi a substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa. b) Ativos circulantes e não circulantes (realizável a longo prazo) - As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As despesas antecipadas são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, tais como seguros da rodovia e de veículos, e que serão apropriados ao resultado na medida em que o benefício correspondente incorrer. c) Imobilizado e intangível - O imobilizado e o intangível estão demonstrados pelo valor do custo, deduzido de depreciação e amortização, calculadas pelo método linear. As taxas de depreciação foram estabelecidas considerando-se a vida útil-econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão. d) Passivos circulantes e não circulantes - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando apli-

cável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são reconhecidas contabilmente quando a Companhia possui uma obrigação legal, como consequência de evento passado e quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, é provável que recursos sejam exigidos para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido, reduzidas dos respectivos depósitos judiciais e dos reembolsos das seguradoras, quando houver. e) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - Constituídos com base nos lucros tributáveis, pelas alíquotas vigentes, conforme legislação específica. O imposto de renda e a contribuição social consignados no ativo decorrem de despesas temporais indedutíveis apropriadas ao resultado. f) Caixa e equivalentes de caixa - Saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. g) Recuperabilidade de ativos - A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizado e intangível com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requersem ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. h) Apuração do resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas referentes à cobrança do pedágio são reconhecidas quando auferidas. i) Estimativas contábeis - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • Provisão para contingências; • Recuperação de imposto de renda e de contribuição social diferidos; • Vidas úteis de ativos imobilizados. **3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010** - Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis foram expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Até a data de preparação e aprovação destas demonstrações financeiras, novos pronunciamentos (CPCs) e interpretações (ICPCs) técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs e ICPCs que podem ser aplicáveis para a Sociedade, considerando-se suas operações, são:

Documento	Título
CPC - 20	Custos de Empréstimos
CPC - 21	Demonstrações Intermediárias
CPC - 23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
CPC - 24	Evento Subsequente
CPC - 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC - 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC - 27	Ativo Imobilizado
CPC - 30	Receitas
CPC - 32	Tributos sobre o Lucro
CPC - 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
CPC - 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
CPC - 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
CPC - 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
CPC - 43	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40
ICPC - 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC - 10	Eslarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento.

A Administração da Sociedade está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos e interpretações. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Sociedade deverá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2009 (1º de janeiro de 2009).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. foi constituída em Assembléia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão - não onerosa - de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Teresópolis - Ent. BR-040(A) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). a) Concessão - A Concessão consiste em (i) recuperação, reforço, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da Rodovia, com a realização dos investimentos (obras e serviços) descritos no Contrato de Concessão, e (ii) remuneração da Companhia por meio da exploração da Rodovia com cobrança de pedágio. b) Transações com o poder concedente - A Companhia mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da Engenharia Rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos



As aplicações financeiras em CDB/DI de alta liquidez, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos médios de 102% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor justo.

	31/12/2009	31/12/2008
5. CONTAS A RECEBER;		
Via Fácil	2.918	-
Dbrtrans	777	1.060
Visa Vale	323	270
	4.018	1.330

A Companhia passou a operar em 2009 com o sistema de Via fácil, sendo os valores recebidos no mês subsequente ao mês de utilização do pedágio.

6. INDENIZAÇÕES A RECEBER; Em virtude da existência de apólices de seguro de Riscos Operacionais e de Responsabilidade Civil, diversos eventos são passíveis de cobertura. Os valores debitados nessa conta representam gastos incorridos com a recuperação dos danos, cuja indenização a Companhia está pleiteando às seguradoras.

	31/12/2009	31/12/2008
7. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO;		
Impostos diferidos (nota 7)	1.640	1.975
Depósitos judiciais (não vinculados a provisões para contingências)	629	629
Valores vinculados	223	393
Outros ativos	576	583
	3.068	3.580

8. IMPOSTOS DIFERIDOS; a) Apresentação - De acordo com as Normas e Procedimentos de Contabilidade 25 (NPC 25) - Contabilização do Imposto de Renda e da Contribuição Social, emitidas pelo IBRACON em maio de 1998, e com a Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, fundamentada em estudos técnicos anuais de viabilidade, aprovados pela Administração - por não ter Conselho Fiscal - que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantêm o crédito fiscal de imposto de renda e de contribuição social decorrente de diferenças temporárias que somente serão dedutíveis ou tributáveis quando atenderem à legislação fiscal. b) Composição dos créditos fiscais

	31/12/2009	31/12/2008
Imposto de renda diferido:		
Diferenças temporárias	1.275	1.521
Contribuição social diferida:		
Diferenças temporárias	365	454
Total de créditos fiscais	1.640	1.975

c) Expectativa de realização - Demonstramos a seguir a estimativa de realização do ativo fiscal diferido:

2011	280
2012	280
2013	280
2014	800
Total	1.640

9. IMOBILIZADO

Bens próprios	Taxa de depreciação		Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
	%	Custo			2009	2008
Máquinas, equipamentos e sistema de controle de ponto	10	1.181	824	357	330	
Edificações	4	233	107	126	135	
Veículos	20	688	152	536	147	
Processamento de dados e hardware	20	433	277	156	241	
Móveis e utensílios	10	155	105	50	49	
Instalações e instalações elétricas - usina	10 e 40	196	167	29	33	
Terrenos	-	35	-	35	35	
		2.921	1.632	1.289	970	
					2009	2008
					190.752	115.526
					75.225	64.018
					193.673	117.158
					76.514	64.988

Os valores de depreciação e amortização registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$10.920 (R\$10.332 em 31 de dezembro de 2008). Os valores apresentados nas contas de imobilizações em curso referem-se às obras ainda não concluídas na rodovia. A Companhia, em atendimento ao CPC 01 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não identificou ativos que podem ter sofrido desvalorização decorrente de fatores internos e externos à Sociedade. A reversão dos bens na extinção da concessão far-se-á com o pagamento, pelo Poder Concedente, das parcelas dos investimentos vinculados aos bens adquiridos pela Concessionária, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com a prévia aprovação do Poder Concedente, com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade da concessão.

10. INTANGÍVEL; O intangível é basicamente formado por software com amortização linear pelo prazo de 5 anos.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2009	31/12/2008
	Curto prazo	Longo prazo
BNDES	-	18.500
Trata-se de Contrato de Financiamento destinado a melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento BR-040, no período de 2008/2012. A totalidade do crédito concedido, R\$51.835, está divididos em: subcrédito A - R\$27.745 - levantados no exercício R\$18.500; B - R\$11.890; C - R\$8.540 e D - R\$3.660. Referentes ao sub-crédito A - A Concessão do financiamento requereu por parte da CRT: a) Abertura pela Concessionária de conta corrente junto ao BNDES; b) Apresentação ao BNDES de carta de fiança expedida por instituição financeira nos termos apresentados no contrato. c) Inexistência de fato de natureza econômico-financeira, que a critério do BNDES, possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES. d) Apresentação de Certidão Negativa de Débito - CND expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da internet e verificada pelo BNDES. e) Comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor a deverá fornecer declaração sobre a continuidade da validade de tal documento. Sobre os sub-créditos A e C incidem juros de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os sub-créditos B e D incidem juros de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano, a título de custo de captação. Os sub-créditos A e C deverão ser utilizados até 31/12/2010, com carência até 15/01/2011 e amortizáveis a partir de 15/02/2011. Os sub-créditos B e D deverão ser utilizados até 31/12/2012; com carência até 15/01/2013 e amortizáveis a partir de 15/02/2013. Os encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. Possui como garantia carta de fiança emitida pelo Banco Votorantim S.A., com validade de 364 dias. As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:		

	31/12/2009
2011	2.609
2012	2.846
2013	2.846
2014	2.846
2015 em diante	7.353
Total	18.500

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	31/12/2009	31/12/2008
Curto prazo		
INSS e FGTS	232	219
ISS	647	543
IRPJ e CSLL	3.044	3.578
PIS - Parcelamento	153	398
Outros	521	436
Total	4.597	5.174
Longo prazo		
PIS - Provisionamento	1.042	1.042
PIS - Depósito judicial	(1.042)	(1.042)
PIS - Parcelamento	-	28
Total	-	28

Em novembro de 1999, a Companhia foi atuada em razão do recolhimento

da contribuição sobre o PIS na forma da Medida Provisória nº 1.212/95, relativo aos fatos geradores ocorridos no período compreendido entre setembro de 1996 e dezembro de 1998. Em 2005, em face do desfecho da lide, foi solicitado prudentemente parcelamento à SRF, tendo sido o mesmo diferido em 57 meses. O valor envolvido atualizado correspondendo a R\$153 em 31 de dezembro de 2009 (R\$426 em 31 de dezembro 2008). Em face das novas regras estabelecidas pela Lei nº 9.718/98, a Companhia ajuizou ação ordinária em que discute a constitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e depositou judicialmente, do período de março de 1999 a novembro de 2002, os valores relativos à parcela controversa do recolhimento da referida contribuição. Em que pese decisão favorável, em primeira instância, ao pedido de recolhimento do PIS na forma da Lei nº 9.715/98, a CRT mantém provisionado o valor de R\$1.042 referente aquele período.

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS - A Companhia constituiu provisão para fazer face a perdas prováveis decorrentes de processos de indenização movidos por usuários da rodovia e ações trabalhistas, fiscais e cíveis. A Administração não acredita, portanto, na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. **Composição do saldo**

Provisões	2009	2008
Trabalhistas	325	380
Fiscais	1.323	1.100
Cíveis	2.416	3.567
Total	4.064	5.047
Depósitos judiciais	(1.273)	(332)
Valor líquido	2.791	4.715

Movimentação das provisões

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	110	-	2.817	2.927
Ajuste na provisão	270	1.100	750	2.120
Saldo em 31 de dezembro de 2008	380	1.100	3.567	5.047
Ajuste na provisão	(55)	223	(1.151)	(983)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	325	1.323	2.416	4.064

a) Processos cíveis - Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos: (i) Anulação do Contrato de Concessão, por meio de Ações populares, sob alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. (ii) Indenização por Danos Materiais e Morais Resultantes de Acidentes Ocorridos na Rodovia - Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Apesar de o atual estágio processual ser de difícil previsibilidade acerca dos valores envolvidos, a Companhia mantém sistemática de avaliação das contingências envolvidas no valor aproximado de R\$1.800. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. (iii) Ações de desapropriação - Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$600. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e de Magé. b) Processos trabalhistas - A maioria das causas, no valor aproximado de R\$300 em 31 de dezembro de 2009, é oriunda de contratos de subempregada, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador. c) Processos fiscais - A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária - instituído em 26 de março de 2009, pela Lei nº 2.175 do Município de Sapucaia, o que permitiu realizar depósito judicial de R\$821 em parcela única e com redução de 100% das multas e juros de mora, razão pela qual foi constituída provisão de igual valor. A Companhia responde solidariamente por ISS devido no valor aproximado de R\$350, cujos prestadores de serviços recolhem o ISS em seus locais de sede, ao invés do município de Teresópolis, razão pela qual foi constituída provisão suficiente para atender a demanda. As perdas com prognósticos de possíveis, e que não foram contabilizadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, montava a R\$6.542 em 31 de dezembro de 2009 (R\$5.164 em 2008).

14. DEBÊNTURES; As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto, em 5 de novembro e em 5 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26/12/2001 com as seguintes características, resumidas: Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantia pessoal, real ou fluante, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia. Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão. Valor da emissão (em R\$): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$62.963, na data de emissão. Valor nominal (em R\$): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$12.949. Data de emissão: 31 de dezembro de 2001 Vencimento final: Somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Emissora, por qualquer razão, conforme facultado pelo art. 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no item 1.20. Prêmio de emissão (em R\$): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$2,1653 na data de emissão, perfazendo o total de R\$50.014. Convertibilidade: As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão. Cada debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída aos seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação dos debenturistas em AGD, alterar o fator de convertibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture. Esse instrumento financeiro, sob forma de dívida, representa na sua essência um instrumento de capital. De acordo com o processo de harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade, aplicáveis as demonstrações financeiras de 2010, bem como as demonstrações financeiras de 2009 apresentadas de forma comparativa, instrumentos dessa natureza devem ser registrados no patrimônio líquido e a respectiva remuneração debitada na conta de lucros acumulados. Colocação das debêntures - Do total ofertado, foram colocados junto a investidores 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas foram canceladas no término do prazo de colocação. As condições completas da Escritura de Debêntures, seus aditivos e o Prospecto de Distribuição encontram-se arquivados na CVM para consulta dos investidores.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Capital social - O capital social é de R\$34.300 (R\$31.600 em 2008), dividido em 48.786 ordinárias e 37.680 preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

	Ordinárias	Preferenciais
Acionistas		
Construtora Oas Ltda.	24.880	3.546
CCNE Carioca Concessões S/A	7.966	8.202
Strata Const. E Concessionárias Integrad	6.342	5.975
Queiroz Galvão Particip e Concessões S.A	7.966	-
ERG Participação Ltda	999	927
Credicom Coml Informática e Serv. Ltda.	625	588
Acionistas - Pessoa física	8	6
CRT FIP - Fundo Invest. Participações	-	9.524
Construtora Queiroz Galvão S.A.	-	8.201
M & G Consultoria E Participações Ltda.	-	711
Total	48.786	37.680

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal. Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei. Consta também no estatuto social que os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

O dividendo atribuído no exercício foi calculado como se segue:

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Lucro líquido do exercício:	23.558	20.008
Reserva legal	(1.178)	(1.000)
Base de cálculo	22.380	19.008
Percentual do dividendo	25%	25%
Dividendo obrigatório	5.595	4.752
Dividendo complementar	15.442	-
Total de dividendos	21.037	4.752

Reservas - a) Reserva de Ágio - Referente a ágio apurado na emissão de

ações. b) Reserva Legal - Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício. É limitada a 20% do capital social integralizado da Companhia. c) Reserva de Restituição de Capital (estatutária) - Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. d) Reserva para Investimentos (estatutária) - Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia. e) Reserva de Retenção de Lucros - Constituída para cobrir orçamento de capital, de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Despesa com pessoal	4.240	3.644
Serviço de terceiros	1.480	1.518
Material, equipamentos e veículos	898	823
Despesas gerais	4.357	7.042
Depreciação e amortização	10.920	10.332
Despesa com tributos e contribuições	-	8
Total	21.895	23.367

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(372)	(285)
Despesas bancárias	(421)	(238)
Variações monetárias passivas	-	(6)
Perdas financeiras	-	(36)
	(793)	(565)

Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	1.339	572
Variação monetária ativa	44	1
Descontos obtidos	13	4
	1.396	577
Total	603	12

18. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - Além da participação dos debenturistas, prevista na Escritura de Emissão de Debêntures registrada na CVM, a Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR)), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra "h", do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante registrado como participações nos resultados em 31 de dezembro de 2009, R\$14.447 (R\$8.351 em 2008) atribuídos aos debenturistas e R\$1.583 (R\$1.177 em 2008) aos empregados e dirigentes, totalizando R\$16.030 (R\$9.528 em 2008).

19. REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES - De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixar, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2009, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$2.200,00 (R\$ 2.000,00 em 2008). No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a remuneração total dos administradores foi de R\$922 (R\$873 em 2008).

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados de acordo com as taxas determinadas na legislação vigente, cuja conciliação entre o lucro contábil e o lucro fiscal demonstramos a seguir:

	31/12/2009	31/12/2008
Despesas de IR	9.386	8.105
Despesas de CSL	3.469	2.944
	12.855	11.049
Lucro antes dos impostos e após participações	36.413	31.057
Impostos à alíquota de 34%	12.380	10.559
Diferenças permanentes	475	490
	12.855	11.049

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - a) Considerações gerais - Os instrumentos financeiros estão sendo apresentados em atendimento às normas emitidas pela CVM. b) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros - As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos, que equivale ao seu valor justo, os valores a receber de clientes e a pagar a fornecedores estão mensurados pelo valor nominal que equivale ao seu valor justo e os empréstimos e financiamentos estão classificados pelo custo amortizado usando um método de taxa efetiva de juros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. c) Valor justo dos instrumentos financeiros - Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. Em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros são como segue:

	31/12/2009		31/12/2008	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa (i)	18.824	18.824	12.276	12.276
Contas a receber (i)	4.018	4.018	1.330	1.330
Fornecedores (i)	1.145	1.145	833	833
Debentures (ii)	7.668	7.668	7.668	7.668

(i) Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado equivale ao valor contábil (ii) Não possuem atualização monetária de qualquer espécie (vide nota 14). Adicionalmente não é percebido valor de mercado para tais instrumentos. A Companhia possui um empréstimo com o BNDES, não incluso na nota acima, em virtude desta modalidade de financiamento não possuir cálculo de valor justo no Brasil. d) Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI - A Companhia mantém parte substancial do equivalentes a caixa indexada à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 05 de fevereiro de 2010, indicaram uma taxa mediana (Top 5) efetiva da Selic estimada em 11,25%, cenário provável para o ano de 2010, ante a taxa efetiva de 8,65%. Adicionalmente, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme quadro a seguir:

Operação	Cenário Provável	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Taxa efetiva em 05 de fevereiro de 2010	8,75%	8,75%	8,75%
Caixa líquido (i)	18.824	18.824	18.824
Taxa anual estimada do CDI	11,25%	8,44%	5,63%
Efeito anual no caixa líquido			